

Por que o Greenpeace Brasil apresenta estas propostas?

Nos últimos anos, assistimos a um desmonte generalizado da agenda socioambiental no Brasil: enfraquecimento das políticas públicas e das instituições socioambientais, redução orçamentária, propostas legislativas que visavam abrir caminhos para o avanço do desmatamento, etc. Como consequência, testemunhamos a explosão do desmatamento, da ilegalidade, da impunidade e da violência no campo, em uma escala sem precedentes desde a redemocratização do país. A reconstrução desta agenda exigirá um plano de governo bem articulado e coordenado, além de recursos humanos e financeiros.

As já famosas “boiadas” infralegais foram uma das principais estratégias para promover o desmonte na área socioambiental. A sociedade civil organizada foi excluída da governança e bloqueada do diálogo com os atores governamentais, sendo cada vez mais atacada e tendo suas lideranças coagidas.

Na arena internacional, o país se apequenou deliberadamente na discussão climática e é visto com desconfiança por seus pares, ao adotar um discurso que não se sustenta em fatos e dados e é visto como “greenwashing”, além de usar manobras para tentar emplacar uma “pedalada” vergonhosa em suas próprias metas climáticas. A lista de embaraços diplomáticos relacionados à agenda socioambiental segue: o congelamento do Fundo Amazônia, a redução do orçamento do Fundo Nacional de Mudanças Climáticas, as demandas por financiamento de países ricos sem redução do desmatamento e o escandaloso envolvimento do ex-Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e do presidente do Ibama, Eduardo Bim, no envio aos Estados Unidos da maior carga de madeira ilegal já apreendida.

Este cenário desafiador se soma ao desmonte generalizado em outras áreas fundamentais, como saúde, educação e economia – que, entre outras consequências, trouxe o aumento da miséria e da fome novamente à realidade brasileira. Diante disso, precisamos ser realistas e priorizar ações que resolvam as urgências de quem está em situação de vulnerabilidade. Não devemos, no entanto, alimentar o discurso dicotômico que opõe economia e meio ambiente. É necessário discutir novos modelos de desenvolvimento que, de fato, incluam o aspecto ambiental como um de seus fundamentos junto ao bem-estar social.

Os desafios que temos adiante vão exigir do próximo governo a retomada do diálogo com povos e comunidades tradicionais, movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Este documento alinha alguns pontos que o Greenpeace Brasil considera prioritários para a reconstrução da agenda socioambiental do governo brasileiro.

Carolina Pasquali - Diretora Executiva, Greenpeace Brasil

Principais propostas para a reconstrução e avanço da agenda socioambiental.

As seis propostas descritas abaixo sintetizam – de forma interconectada – a visão do Greenpeace Brasil sobre os compromissos a serem assumidos pelo governo brasileiro na reconstrução e avanço da agenda socioambiental do país.

Proposta 1 - Capacidade para reverter o desmonte socioambiental.

Um passo fundamental para a reconstrução e avanço da pauta socioambiental no Brasil é a recuperação da capacidade estatal, com a reestruturação de ministérios e agências e a revogação de atos infralegais prejudiciais para a área nos últimos anos.

Entre outras medidas, o governo brasileiro deve:

- Destinar orçamento adequado para o cumprimento pelo Brasil de normas constitucionais, leis nacionais, acordos internacionais e políticas vinculadas a todo o arcabouço de proteção ambiental e de direitos territoriais.
- Renomear servidores capacitados para cargos de chefia de órgãos relevantes para a pauta socioambiental, e realização de concursos públicos e a contratação de servidores para órgãos como Ibama, ICMBio, Incra e Funai.
- Restaurar o Conama, o Consea e outros conselhos, amparados no artigo 204 da Constituição Federal, que garantam a “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis”.

Proposta 2 - Floresta em pé e direitos garantidos.

Com medidas concretas – de fiscalização e punição devida a desmatadores ilegais, bem como de inviabilização de atividades que degradam a floresta –, o Brasil pode reduzir drasticamente (e até mesmo zerar) o desmatamento da Amazônia nos próximos quatro anos.

Entre outras medidas, o governo brasileiro deve:

- Destinar florestas públicas não-destinadas para conservação e uso sustentável, reconhecendo os direitos à terra de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares (inclusive territórios de uso comum e assentamentos da reforma agrária) – uma medida fundamental de combate à grilagem de terras e ao desmatamento ilegal na Amazônia.
- Retomar o processo de responsabilização por crimes ambientais e aplica-

ção de multas e penalidades previstas em lei.

- Retomar o processo de demarcação dos territórios de povos indígenas e comunidades tradicionais, bem como criar mecanismos e implementar ações para a desintrusão de invasores, o combate a atividades criminosas nesses territórios, em especial o garimpo, e o combate à violência contra esses povos.

- Retomar, de forma imediata, a execução de um plano eficiente e articulado de combate ao desmatamento, nos moldes do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAM).

- Garantir que, até 2024, 100% do rebanho bovino na Amazônia seja monitorado por meio de sistema de rastreamento digital de adesão obrigatória, cujos dados sejam disponibilizados em plataforma online de acesso público.

- Rejeitar acordos de associação e comércio baseados em modelos econômicos que colocam ainda mais pressão nas florestas e reforçam o papel do Brasil como exportador de matérias-primas, dependente dos países industrializados – por exemplo, o acordo entre a União Europeia e o Mercosul.

- Garantir o descontingenciamento do Fundo Amazônia.

Proposta 3 - Ação pelo clima.

Em tudo e para todas as pessoas (principalmente as mais impactadas). O Brasil pode e deve ter um papel decisivo no combate à crise climática. Para isso, o país precisa implementar esforços, políticas e ações de múltiplos setores, garantindo que os impactos no clima sejam considerados em cada decisão e estratégia governamental nos próximos anos. É fundamental, ainda, que o país garanta alinhamento com o compromisso de limitar o aquecimento global a 1,5 °C e implemente medidas que promovam a justiça climática, com especial atenção a políticas públicas de adaptação e perdas/danos que garantam a resiliência das populações mais impactadas.

Entre outras medidas, o governo brasileiro deve:

- Rever a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) brasileira, revogando a possibilidade de pedaladas climáticas – com a fixação do parâmetro original apresentado no Acordo de Paris (2015), em que o cálculo de emissões se refere ao ano-base de 2005, com 2,1 bilhões de toneladas de CO₂ – e aumentando a ambição, além de apresentar um plano claro de implementação com metas setoriais.

- Assumir um compromisso de tornar o Brasil carbono-neutro até 2045, mediante a redução de emissões absolutas de gases de efeito estufa dos setores (geração de eletricidade, indústria, transportes e, de forma imediata, desmatamento) e não mediante mecanismos de compensação, como offsets florestais, geo-engenharia e mercado de carbono.

- Garantir a revisão e implementação efetiva do Plano Nacional de Adaptação (PNA) e seu fórum permanente, com representação dos diversos entes fede-

rativos, de diferentes setores e da sociedade civil (especialmente populações mais vulnerabilizadas pela crise climática), garantindo sua implementação articulada e efetiva.

- Definir um plano eficiente para eventos extremos, garantindo ações multidisciplinares e intersetoriais, estabelecendo prioridade a regiões com maior suscetibilidade a riscos, com participação deliberativa das populações mais impactadas.
- Reestruturar fundos climáticos e revisar o Plano Plurianual (PPA) para ampliação e aplicação efetiva de recursos destinados à mitigação, adaptação e compensação por perdas/danos causados pelo impacto de eventos extremos.
- Garantir que políticas de ação climática incluam a interseccionalidade entre gênero, raça, classe, localização geográfica, entre outros elementos que produzem desigualdades estruturais. Para tal, é preciso criar mecanismos que garantam a representatividade desses grupos em espaços de tomada de decisão sobre a gestão de territórios e a formulação de políticas climáticas.
- Criar estruturas transversalizadas no organograma do Governo Federal, de modo que haja a presença de especialistas em clima participando do planejamento de ações em todos os ministérios.

Proposta 4 - Comida de verdade e sem veneno, do campo à mesa.

A agroecologia é a verdadeira solução frente às tentativas do agronegócio e dos ruralistas de mascarar os problemas da fome, da destruição ambiental e do aumento da desigualdade social que o setor promove. Aumentar estímulos para transformar os sistemas convencionais que dominam nossa paisagem agrícola hoje em sistemas mais diversos, justos, saudáveis e de fato sustentáveis é fundamental. Reduzir o uso de agrotóxicos, fortalecer a agricultura familiar de base ecológica e promover a desconcentração de terra são os principais fatores-chave para garantirmos essa transição.

Entre outras medidas, o governo brasileiro deve:

- Combater o uso de agrotóxicos na agricultura brasileira, o que inclui (i) rejeitar o PL 1.459/2022, conhecido como “Pacote do Veneno”; (ii) implementar um plano de proibição de agrotóxicos altamente perigosos já banidos pela União Europeia, com previsão de banimento dos mesmos no Brasil até 2026; (iii) reduzir as isenções de impostos conferidas atualmente para a aquisição de agrotóxicos; (iv) aprovar a Política Nacional de Redução dos Agrotóxicos (PL 6.670/2016), bem como implementar o Programa Nacional de Redução dos Agrotóxicos (Pronara); e (v) proibir a prática da pulverização aérea até 2030, com prioridade para os estados da Amazônia Legal e áreas a serem determinadas como zonas livres de agrotóxicos.
- Retomar e ampliar as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, especialmente o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), que determina que 30% da compra de alimentos para as escolas seja composta por produtos provenientes da agricultura familiar, e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com foco na destinação desses produtos para as merendas escolares – promovendo ca-

deias mais curtas de comercialização de produtos regionais e diminuindo a inserção de alimentos ultraprocessados nessas refeições;

- Implementar a reforma agrária pleiteada pelos movimentos sociais com garantia de assistência técnica adequada à produção familiar e agroecológica.

Proposta 5 - Energia limpa, com uma transição energética justa.

O mundo está se movendo em direção às energias renováveis, que são seguras para o planeta, mais acessíveis e disruptivas para os sistemas corporativos que controlam a geração e distribuição de energia. Com ações concretas, o Brasil pode garantir uma transição energética justa e chegar a 2050 com 100% de fontes renováveis em sua matriz energética.

Entre outras medidas, o governo brasileiro deve:

- Implementar o princípio da precaução e proibir de forma imediata a exploração de petróleo e gás em áreas sensíveis social e ambientalmente, como a Amazônia Legal (bacia do Amazonas, bacia do Solimões e bacia Pará-Maranhão) e a bacia da Foz do Amazonas, entre outras.

- Apresentar um plano com metas ambiciosas para o descomissionamento das termelétricas a carvão (com a reversão imediata dos incentivos dados à fonte pelo Programa de Uso Sustentável do Carvão Mineral Nacional), óleo combustível e gás.

- Apresentar um plano de transição energética justa que contemple, entre outras coisas: (i) metas ambiciosas de eficiência energética; (ii) solarização de prédios e equipamentos públicos, inclusive em programas sociais como o “Minha Casa Minha Vida”; (iii) universalização do acesso à energia limpa e renovável a toda a população brasileira; (iv) a participação de sindicatos e movimentos sociais representativos das pessoas que trabalham na indústria fóssil.

- Revisar o Plano Nacional de Energia - 2050 (PNE 2050), incluindo: (i) a revisão dos planos de expansão de projetos de usinas hidrelétricas, de forma a garantir que nenhum novo empreendimento seja construído na Amazônia; e (ii) o descomissionamento do atual parque de usinas nucleares no Brasil e revisão dos planos de expansão da fonte.

Proposta 6 - Oceanos saudáveis e protegidos.

Embora lideranças globais tenham se comprometido a proteger os oceanos no papel, a realidade trágica no mar revela que isso está longe de ser uma prioridade. Não há mais tempo para palavras vazias: o Brasil precisa assumir um papel de protagonismo na proteção do oceano que banha sua costa, de forma a proporcionar um espaço seguro de recuperação da vida selvagem e ajudar a enfrentar a emergência climática.

Entre outras medidas, o governo brasileiro deve:

- Interromper o processo de leilão de blocos de petróleo em áreas vulneráveis e sensíveis, como a bacia Potiguar, o Banco dos Abrolhos e proximidades, e a Foz do Amazonas.
- Investir o mais rápido possível em um Planejamento Espacial Marinho, baseado nas áreas prioritárias para a biodiversidade, entre outras medidas que minimizem o impacto provocado pela instalação de blocos de eólicas offshore, pelo aumento da cabotagem (transporte de carga por navios) e outros impactos no país.
- Declarar moratória a projetos de mineração marinha até que sejam feitos estudos e avaliações do impacto ambiental desses empreendimentos nos fundos marinhos.
- Criar novas Áreas Marinhas Protegidas em áreas prioritárias como a Foz do Amazonas, além de ampliar as unidades do Banco de Abrolhos e nos montes submarinos da cadeia de Fernando de Noronha.
- Valorizar as comunidades tradicionais que ajudam a conservar os chamados “ambientes de carbono azul” (como manguezais, apicuns e marismas), que vêm reivindicando a criação de mais Reservas Extrativistas Marinhas.
- Banir a pesca industrial de arrasto nas 12 milhas náuticas, visando coibir o “desmatamento” marinho realizado por essa prática predatória.